



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Abril a Junho de 2019

Ano 44 – N° 239

Foto: CPT Alagoas

8 de março: contra todas as formas de opressão da humanidade, mulheres estão quebrando o silêncio da impunidade

Pág.: 5



Festival Internacional de Cinema no Pará homenageia a CPT

Pág.: 12



Foto: PROEX-Unifesp

EDITORIAL

Licença para matar

“A obsessão por armas e a liberação de sua posse e uso, juntamente com a ideia de impunidade, criam e fortalecem na sociedade um ambiente de violência que fará aumentar a apreensão entre os trabalhadores do campo”, disse o presidente da CPT, Dom André de Witte, em entrevista à Marco Zero Conteúdo.

A obsessão por armas ficou clara quando, quinze dias após ter assumido, o presidente assinou o decreto 9.685, estendendo aos residentes em área rural, e aos residentes em áreas urbanas com elevados índices de violência, entre os que têm efetiva necessidade de possuir uma arma de fogo.

Em 7 de maio, novo decreto, o de número 9.785 revogava o decreto anterior e permitia, além da posse, o porte de armas.

Pessoas de bem ou pessoas de bens?

O presidente sempre insiste que as pessoas de bem têm o direito de ter uma arma para se defenderem, a si e a seu patrimônio. Talvez ficasse mais claro o presidente falar em pessoas de bens, do que em pessoas de bem.

Para o presidente, os sem-terra, os sem-teto, os moradores das periferias, os que integram as comunidades tradicionais e todos os trabalhadores e trabalhadoras em geral não são pessoas de bem, mas potenciais agressores às pessoas de bem. Os bens é que tem que ser defendidos!

Se não bastassem os crescentes números dos conflitos e da violência contra as comunidades do campo - 2018 registrou 906.431 pessoas envolvidas em conflito, crescimento de 59 % no número de famílias expulsas, o maior número de mulheres que sofreram alguma agressão -, o decreto dá autorização para enfrentar à bala todos os potenciais ocupantes de imóveis mesmo que sejam terras griladas, ou sejam fruto de esbulho e espoliação. “Primeiro atira e depois pergunta quem é”, é o sugerido. Em 2019 já estão registrados 11 assassinato no campo, entre os quais três mulheres.

Um caso exemplar:

Mato Grosso, 11 de maio, região de Várzea Grande. Gylson Culca Correia era trabalhador de um sítio. Foi à cidade. Participou do bingo de uma novilha. Foi o ganhador. Alugou um caminhãozinho e voltou com seu prêmio ao sítio onde trabalhava. Abriu a porteira.

Foi recebido a tiros.

O sobrinho da proprietária que acompanhava o trabalhador, gritou:

“Tio, somos nós”. Já era tarde. Gylson estava morto

Com quantos vai acontecer o mesmo?

Diante de todos os disparates do novo governo que, segundo o presidente da CPT, trata todos os que não concordam com ele como inimigos e idiotas, não se pode abaixar a cabeça. Foi o que fizeram as mulheres participantes das atividades do Dia Internacional da Mulheres, em 8 de março; foi o que aconteceu na série de ações da 23ª jornada de luta em memória do massacre de Eldorado do Carajás; foi o que fizeram os jovens da CPT em seu encontro; foi a grande manifestação de professores e estudantes, diante do desmonte das universidades.

É o que está anunciando a CPT ao preparar seu 5º Congresso que propõe romper cercas e tecer teias, pois SOMOS TERRA, SOMOS ÁGUA, SOMOS VIDA.



“Um bispo contra todas as cercas – A vida e as causas de Pedro Casaldáliga”



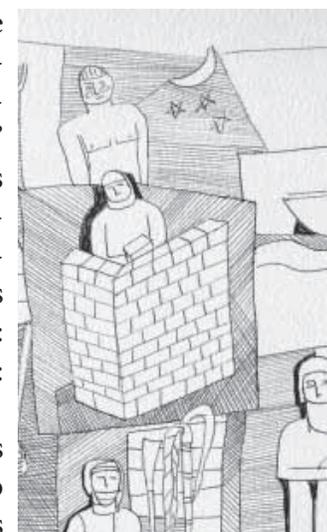
Escrito pela jornalista carioca Ana Helena Tavares, a obra “Um bispo contra todas as cercas – A vida e as causas de Pedro Casaldáliga” é resultado de uma pesquisa de quatro anos que colheu testemunhos e reuniu documentos sobre o bispo emérito da prelazia de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga.

A obra dá foco às causas as quais Casaldáliga se dedicou como: educação laica, mista e libertadora; Reforma Agrária; erradicação do trabalho escravo; reconhecimento dos direitos dos povos indígenas. O livro, lançado inicialmente em Goiânia e posteriormente no Rio de Janeiro e em São Paulo, pode ser adquirido no endereço eletrônico da Editora Gramma (gramma.com.br).

Estudos Sobre as Formas Contemporâneas de Trabalho Escravo

Reunindo vinte e sete artigos de autoria de quarenta e quatro pesquisadores e especialistas nos temas, a obra “Estudos Sobre as Formas Contemporâneas de Trabalho Escravo” divide-se em seis seções: Políticas públicas para prevenir e combater a escravização contemporânea; Migração; Trabalho escravo contemporâneo nas ciências sociais; Discussões jurídicas: alguns casos; Discussões jurídicas: esfera internacional; e Discussões jurídicas: doutrina e jurisprudência.

Os artigos em questão foram apresentados na IX Reunião Científica Trabalho Escravo e Questões Correlatas e trazem importantes contribuições para a discussão acadêmica além de provocarem reflexões entre pessoas que se dedicam às políticas públicas. A organização é dos professores Ricardo Rezende Figueira, Adonia Antunes Prado, Edna Maria Galvão de Oliveira e Valena Jacob Chaves Mesquita. A obra pode ser adquirida em mauad.com.br.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom André de Witte

Vice-presidente
Dom José Ionilton

Coordenadores Nacionais
Paulo César Moreira
Jeane Bellini
Isolete Wichinieski
Ruben Siqueira

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Elvis Marques (Reg. Prof.: 0003705/GO)
Mário Manzi (Reg. Prof.: 0005157/GO)
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo da Silva Souza

APOIO

Brot für die Welt

CANADIAN CATHOLIC ORGANIZATION FOR
Development and Peace



MISEREOR
IHR HILFSWERK

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações cpt@cptnacional.org.br
Tiragem: 3.750 exemplares



(POR JOSEP IBORRA PLANS)

Centenas de famílias das comunidades Rondon I, Rondon II, Aparecida do Jamanã, Jesus é Meu Rei e parte da comunidade quilombola do Lago de Serpa, localizadas no município de Itacoatiara correm risco de serem despejadas em processo que tramita na 3ª Vara Cível da Comarca de Itacoatiara desde o ano de 2013.

Em decorrência da iminência da reintegração de posse, a CPT realizou, no dia 9 de março, encontro de formação com lideranças comunitárias de quatro

Cerca de 600 famílias correm risco de despejo em Itacoatiara (AM)

Ao todo, cinco comunidades estão em iminência de reintegração de posse

comunidades em conflito, inclusive de áreas ameaçadas de despejo.

Conflitos recorrentes

Segundo relatos das e dos participantes do evento, boa parte dos conflitos por terra na região de Itacoatiara são causados por representantes de oligarquias locais, antigos coronéis, articulados politicamente e com ajuda policial, que reivindicam o direito de propriedade de diversas áreas ocupadas por posseiros.

Na Comunidade de Nossa Senhora Aparecida do Jamanã, por exemplo, lideranças alegam terem sofrido, há alguns anos, ameaças de morte e agressões físicas, e ainda hoje continuam sofrendo intimidações para desistir da posse e da regula-

rização fundiária das terras - na região há grande produção, inclusive de castanhas. As famílias ocupam essa localidade desde 1995 e já sofreram com diversas ordens de reintegração de posse, porém, ao longo de anos, têm conseguido evitar os despejos.

Não diferente das demais áreas, parte das famílias da Comunidade Jesus é Meu Rei já foram expulsas e estão impedidas de entrar e de pescar na área pelos pretensos proprietários do local, que se dizem herdeiros de antigos títulos de terra na região. Isso ocorre mesmo o governo federal, por meio da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), tendo feito um levantamento e identificado essas áreas ribeirinhas como sendo da União.

Já a Comunidade Lago de Serpa

conseguiu, junto à Fundação Palmares, o reconhecimento como remanescente quilombola. Por conta disso, terras de grandes proprietários da região foram desapropriadas. Segundo relatos dos participantes do evento de formação, houve períodos em que a comunidade ficou dividida, pois surgiu uma informação falsa sobre o título coletivo da área e muitas pessoas ficavam receosas sobre a possibilidade de fazerem suas plantações, pescar e se poderiam, em algum momento, serem expulsas do local.

Em decorrência da possibilidade de despejo que envolve as comunidades citadas, a equipe da CPT na região realizou a formação e segue acompanhando as comunidades e o problema fundiário da região.

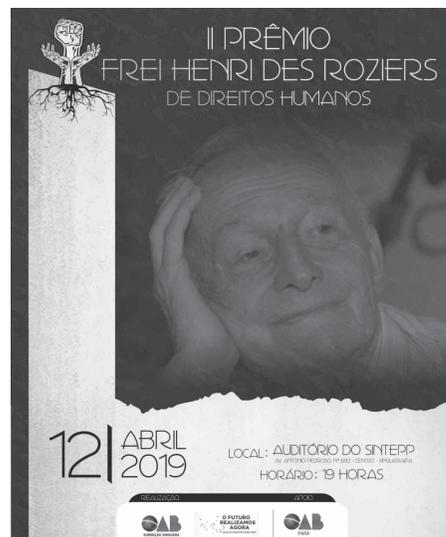
Chega à segunda edição Prêmio Frei Henri des Roziers de Direitos Humanos

MÁRIO MANZI*

Promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) subseção de Xinguará, o II Prêmio Frei Henri des Roziers de Direitos Humanos contemplou, no dia 12 de abril, três personalidades que se destacaram na defesa dos direitos humanos. O prêmio faz memória à atuação do agente pastoral e advogado, Frei Henri Burin des Roziers que se dedicou à defesa de camponeses e trabalhadores rurais da região Sul do Estado do Pará e faleceu dia 26 de novembro de 2017.

A entrega do prêmio foi precedida por formação da mesa, Mística e dois painéis, que tiveram como temas “Diálogos sobre a construção de direitos humanos na Amazônia” e “Direitos Humanos, Resistência e Estado Democrático de Direito nos 30 anos de Constituição Federal”.

Foram homenageados com o prêmio, nesta segunda edição Adilar Daltoé, advogado e professor da Universidade Re-



gional de Gurupi (Unirg); Ana de Souza Pinto, agente da CPT e Walmir de Moura Brelaz, assessor jurídico do Sintep.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

Famílias da Comunidade Taboca, no Tocantins, são despejadas

Equipe da CPT identificou irregularidades durante processo de reintegração de posse.

Cerca de 70 famílias da comunidade camponesa Taboca, situada no município de Babaçulândia, no estado do Tocantins foram retiradas da área onde viviam em decorrência de ação de reintegração de posse realizada no dia 20 de março. Oito viaturas da Polícia Militar (PM) partiram de Araguaína em direção ao local para acompanhar o despejo e foram acompanhadas, segundo relatos, por caminhonetes do pretensão proprietário da área.

Acompanharam a reintegração agentes do Regional Araguaia-Tocantins da CPT e representantes da Defensoria Pública do Estado do Tocantins. Com isso a CPT pôde constatar, antes que o despejo das famílias fosse iniciado, algumas irregularidades que contrariam diretrizes da Ouvidoria Agrária Nacional (OAN) a serem seguidas durante um procedimento de despejo. Conforme foi verificado, o município

de Babaçulândia, por exemplo, não providenciou assistente social e conselheiros tutelares para acompanharem a operação e dar apoio às mulheres, homens e crianças que residem na Comunidade Taboca.

Além disso, não foi disponibilizado ônibus para transportar as famílias, e tampouco um transporte adequado para retirar os animais das famílias. Nesse caso, a responsabilidade dos transportes para as famílias e para os animais é da parte requerente do despejo, identificado como Markus Max Wirth.

A reintegração durou, ao todo, oito dias. Segundo verificado, as famílias estão dispersas, contudo algumas começaram se organizar em acampamento. A CPT iniciou diálogo com a Defensoria Pública para debater sobre as irregularidades detectadas.

(Por CPT Araguaia Tocantins)

Foto: CPT Araguaia - Tocantins



CPT Bahia realiza Semana de Comunicação de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo

Foram realizadas atividades entre os dias 6 e 13 de maio.

A fim de divulgar dados e fortalecer a campanha preventiva “De Olho Aberto para Não Virar Escravo”, a CPT Regional Bahia realizou, entre os dias 6 e 13 de maio, a Semana de Comunicação de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo.

A Semana envolveu atividades como a distribuição de materiais e a realização de palestras, debates e entrevistas em rádios em todo a Bahia.

Cerca de 10 mil pessoas já foram

resgatadas em condições análogas a de escravidão na região Nordeste, de 1995 a 2018. Esse número é só 20% da quantidade total do Brasil, segundo dados da Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Em 2018, foram 86 casos com 1.465 pessoas identificadas nessa situação no país, e 945 resgatadas, desses, 38% encontrados em lavouras permanentes.

(Assessoria de Comunicação CPT Bahia)

DIA MUNDIAL DA ÁGUA

Em debate: poluição, recuperação e acesso às águas

No Dia Mundial da Água, 22 de março, a ONU alerta para mais de 2 bilhões de pessoas no mundo sem acesso à água e a saneamento. No MT, Campanha “Araguaia Rios Vivos” ouve denúncias sobre poluição das águas. E em Goiânia (GO), Sarau aborda relação do Cerrado com as águas.

ELVIS MARQUES*

Ao longo do ano de 2018, a Campanha “Araguaia Rios Vivos” realizou diversas rodas de conversas e coletas de informações em nove dos 15 municípios que compõem a Prelazia de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso. Ao todo, esses espaços de diálogo contaram com a participação de mais de 500 pessoas. Já no dia 21 de março, um dia antes do Dia Mundial da Água, ocorreu, no Centro Pastoral Padre Josimo, em Porto Alegre do Norte (MT), uma atividade na qual os/as participantes compartilharam denúncias em relação ao mau uso desse recurso natural, sua contaminação e, conseqüentemente, a deterioração por conta do uso indiscriminado de agrotóxicos e a falta de atuação dos órgãos públicos na garantia da conservação das águas da região.

O objetivo do encontro foi devolver à população local as informações coletadas e sistematizadas a partir das rodas de conversa realizadas na região da Prelazia. O evento contou com a presença de 120 pessoas, entre alunos, professores e pesquisadores do Instituto Federal do Mato Grosso – Campus Confresa, agentes de pastoral da Prelazia de São Félix, alunos das escolas estaduais de Porto Alegre do Norte e Confresa, representantes da Rede de Sementes do Xingu, além de autoridades locais. Representantes do Mi-

nistério Público e vereadores convidados não compareceram.

Entre as reivindicações que apareceram no evento estavam a denúncia da contaminação das águas e dos solos pelo



Foto: CPT Araguaia

uso desenfreado dos agrotóxicos, principalmente através da pulverização aérea. As pessoas destacaram também a falta de cuidado do poder público com os lixões, e como todo o chorume acaba poluindo a terra e as águas da região. Em relação aos agrotóxicos, uma das maiores preocupações da população local é a possível contaminação das águas que é distribuída no município pelo sistema público. Um dos encaminhamentos para a Campanha “Araguaia Rios Vivos” foi de que no próximo ano seja trabalhada a temática dos agrotóxicos, com maior profundidade, e uma ação conjunta com pesquisadores do tema sobre o nível de poluição das águas, e como pode ser debatida a legislação que rege o uso dos venenos.

O evento no Centro Pastoral contou ainda com apresentação de trabalhos de estudantes de Confresa, como o de Paulo Henrique Nunes da Silva, da Escola Municipal Valdomiro Nunes de Araújo, que ganhou, inclusive, um prêmio estadual por seu trabalho de recuperação e reflorestamento da nascente e das margens do

Córrego Belo Horizonte, no Projeto de Assentamento Confresa Roncador.

Teve também apresentação da Campanha Y Ikatu Xingu, iniciada anos atrás pelo Instituto Socioambiental (ISA), assim como da experiência de alternativa de manejo de solo e conservação de solo desenvolvida pela CPT local com a adoção dos “casadões”, que são sistemas agroflorestais que têm como objetivo a manutenção dos recursos hídricos, assim como do solo, e também acaba sendo uma fonte de renda e de segurança alimentar para as comunidades.

Sarau com Cerrado

Já em Goiânia (GO), na Livraria Palavrear, o dia 22 de março foi marcado pelo Sarau com Cerrado, um evento organizado pela CPT com objetivo de visibilizar a rica cultura presente no bioma Cerrado através de muita mú-

sica, teatro, poesia, contação de histórias, exposição fotográfica, bingo, e muito mais. No dia, também foram apresentados ao público o documentário “Cerrado: Rostos, Vidas e Identidades”, gravado em Correntina, no Oeste da Bahia, e a Revista Cerrados, ambas produções da Pastoral da Terra.

O Cerrado é um dos biomas mais ricos do mundo e fundamentais não somente para quem vive nesse território, mas também para as populações de outras regiões brasileiras e da América Latina. É o bioma conhecido como a “Caixa d’Água do Brasil” devido a sua função estratégica de abastecer as principais bacias hidrográficas brasileiras e de nossos vizinhos latinos. “Foi uma bela noite cerradeira, e essa experiência de Sarau foi a primeira de muitas que virão. É uma atividade que tem como objetivo a sustentabilidade da CPT, além de ser uma experiência muito importante para conhecermos os saberes e sabores do nosso Cerrado”, destacou Leila Cristina, da Articulação das CPT’s do Cerrado.

Direito humano à água e ao saneamento?

Hoje, no mundo, conforme a Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de 2 bilhões de pessoas não têm acesso à água potável e ao saneamento básico, ambos reconhecidos internacionalmente como direito humano. Lançado no dia 19 de março em Genebra, na Suíça, o último relatório mundial da ONU sobre os recursos hídricos, intitulado “Não deixar ninguém para trás”, apresenta alguns sinais de exclusão e investiga formas de superar as desigualdades no acesso a esses direitos.

Em 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução que reconheceu “o direito à água potável segura e limpa e ao saneamento como um direito humano”. Já em 2015, o direito humano ao saneamento

foi reconhecido de maneira explícita como um direito distinto. Segundo a organização, “esses direitos obrigam os Estados a agirem rumo à obtenção do acesso universal à água e ao saneamento para todos, sem discriminação, ao mesmo tempo em que devem dar prioridade às pessoas mais necessitadas”.

“As populações pobres e marginalizadas serão afetadas de forma desproporcional, aumentando ainda mais as desigualdades crescentes [...]. O relatório de 2019 fornece evidências da necessidade de se adaptar às abordagens, tanto nas políticas quanto na prática, para tratar das causas da exclusão e da desigualdade”, afirma a diretora-geral da ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Audrey Azoulay.



Foto: Thomas Bauer - CPT/BA

JORNADA DE LUTA DAS MULHERES

8 de março de 2019: Dia Internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras

Mulheres do campo e da cidade, em todo o país, se mobilizaram em defesa de seus direitos. A CPT participou da organização de vários eventos e mobilizações pelo Brasil.

CRISTIANE PASSOS*

No Dia Internacional das Mulheres, as mulheres da Via Campesina, camponesas, indígenas, afrodescendentes, pescadoras, pastoras, mulheres em áreas urbanas e rurais, pertencentes a diferentes organizações com diversas formas de mobilização e ativismo, se juntaram à greve feminista convocada por diferentes organizações feministas.

Em comunicado internacional, a Via Campesina “prestou homenagem às mulheres que participam de uma luta constante para acabar com a violência contra as mulheres e contra todas as formas de opressão da humanidade, mulheres que estão quebrando o silêncio da impunidade. Às mulheres que enfrentam a opressão estrutural do capitalismo, recusando-se a aceitar os padrões patriarcais enraizados na sociedade em que, a cada dia, são vítimas de violência, discriminação, exploração, opressão e assassinato. Estamos chamando-as a reafirmar a necessidade de colocar fim à violência capitalista e patriarcal contra as mulheres, através da nossa campanha de denúncia, renovada na VII Conferência Internacional da Via Campesina, realizada em Bilbao em 2017”.

No Maranhão foi realizado o II Encontro Regional de Mulheres do Campo, acompanhadas pela CPT, que teve início no dia 07 de março, com um ato público no dia 08, no município de Coroatá, e seguindo suas atividades até o dia 10 de março.

Em Roraima o Núcleo de Mulheres de Roraima organizou uma mobilização no dia 8 de março com o tema “Pela vida das mulheres, Armas Não!”, onde foram discutidas as violências contra a mulher e o impacto da flexibilização da posse de armas decretada pelo atual presidente. A par-

tir de encontros e rodas de conversas desde janeiro, a atividade foi proposta por um coletivo de mulheres do estado. A CPT, a Pastoral da Juventude e Cáritas, além de outras organizações, fizeram parte da organização do ato.

No Território de Irecê – Bahia - houve uma grande marcha das mulheres no dia 8 de março. Várias organizações e movimentos sociais organizaram o ato.

Em São Paulo, na cidade de Promissão, no dia 10 de março foi realizado o Encontro das Mulheres da Roça e da Cidade, com o tema “Políticas Públicas e a Previdência Social”, o evento foi organizado pela CPT e pelas CEB's.



Foto: CPT Maranhão

Em Alagoas, várias atividades em três municípios marcaram o 8 de março. Em Delmiro Gouveia, as mulheres sertanejas do campo e cidade fizeram uma mobilização no centro da cidade, juntando MST, CPT, professoras e estudantes da UFAL entre outras. Em Arapiraca as mulheres do agreste do estado também se mobilizaram e em Maceió, na capital do estado, as mulheres do campo fizeram uma caminhada silenciosa até o INCRA, no dia 7 de março, onde entregaram a Carta das Mulheres e distribuíram alimentos. Pela tarde, fizeram uma caminhada até a Secretaria de Segu-

rança Pública para protestar contra as inúmeras violências contra as mulheres no estado. No dia 08, mulheres do campo e da cidade marcharam juntas até a comunidade Sururu de Capote, onde houve doação de alimentos trazidos do campo. Com o lema “Pela Vida das Mulheres, Somos Todas Marielle!” a Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Sem Terra lembrou o legado de Marielle Franco, vereadora na cidade do Rio de Janeiro, lutadora e defensora dos Direitos Humanos.

Em Tucuruí, no Pará, foi realizada pela CPT uma Oficina sobre “Mulheres e Políticas Públicas”. Na região do Araguaia, em Porto Alegre do Norte (MT), a CPT Araguaia realizou

res do campo e da cidade e que ameaçam as diversas formas de vida, de produção, de trabalho e as economias camponesas. E nesse sentido, Teresina, mais uma vez é palco de luta das mulheres, do campo e da cidade, por isso nesse dia 7 iniciam as mobilizações com os temas da Regularização fundiária no Piauí. Que poderá permitir aos grileiros de terras públicas do Estado regularizarem em pouco tempo essas terras deixando condenados da terra milhares de famílias camponesas. Por isso os Movimentos da Via Campesina e a Fetraf estarão ocupando o INTERPI nesse dia 07 de março para dar continuidade aos diálogos de inserção dos pontos acordados pelos povos do campo das águas e das florestas, e que foram construídos por 17 organizações em janeiro”.

Nos dias 7 e 8 de março foi realizada, ainda, no estado, audiência com Interpi e SDR, a ação foi organizada pelas Camponesas do MPA, MST, MAB E FAF. No dia 8, houve um ato contra o feminicídio (Marcha Unificada das Mulheres), organizado pela Frente Popular, em que mulheres da sociedade, movimentos sociais do campo e da cidade se uniram em caminhada pelas ruas da cidade. No dia 8, na cidade de União, foi realizado um ato público em defesa dos direitos das mulheres, pela manutenção da democracia e dos direitos previdenciários, no dia 22 de março foi realizada a Marcha Regional das Margaridas, organizada pela FETAG-PI, em preparação à Marcha Nacional das Margaridas. No dia 23 foi realizado, ainda, o Encontro de Mulheres em União com o tema “Não à violência contra a mulher”. A atividade, organizada pela CPT Piauí, discutiu as violências sofridas pelas mulheres, sobretudo as mulheres camponesas.

JUVENTUDE DA CPT EM LUTA

Jovens: “Não deixem para outros o ser protagonistas da mudança”

Reunião de jovens representantes dos Regionais da CPT ocorreu nos dias 16 e 17 de maio em Goiânia (GO). Evento surge a partir de processo iniciado no IV Congresso Nacional da CPT, em Porto Velho (RO), quando a juventude foi definida como uma das luzes de atuação para a Pastoral.

ELVIS MARQUES*

“Nesses dois dias, partilhámos nossas experiências concretas de trabalho das e com as juventudes nos diversos Regionais que estiveram presentes”, afirmaram, em Carta, as/os agentes jovens da Pastoral da Terra, que, em sua maioria, destacaram que não há uma formação interna voltada à juventude da CPT, todavia existem diversas experiências com as/os jovens das comunidades acompanhadas pela entidade.

A exposição dessas experiências construiu o recorte da Juventude da CPT. Sobre o **Mato Grosso**, Wellington Douglas elencou algumas das práticas de trabalho com jovens, como o 1º Encontro da Juventude da Região Norte, que reuniu cerca de 65 jovens de sete municípios, e o Encontro com a Juventude de Ribeirão das Pedras Acima, na região de Jangada. A última Assembleia da CPT no Mato Grosso definiu o trabalho com a juventude como uma de suas prioridades.

No Regional Nordeste II da CPT, que reúne os estados de **Alagoas, Paraíba, Pernambuco, e Rio Grande do Norte**, segundo Alanna Oliveira, das 10 equipes da CPT, apenas uma não possui um trabalho específico com juventude. “Nas comunidades, a metodologia de trabalho é diversa, com a realização de acampamentos da juventude, reuniões, oficinas de comunicação, e etc. Um dos objetivos é trabalhar a formação para tornar os jovens autônomos. Fazemos formação em bíblia e política”, afirma ela. “Já começamos o trabalho com as crianças, nas cirandas, pois serão nossos jovens de amanhã”, destaca.

No **Tocantins**, entre o trabalho com a juventude, conforme Felipe Oliveira, são realizadas reuniões, visitas e atividades práticas que culminam nos encontros estaduais e anuais com a juventude. Neste ano de 2019, será organizado o 4º Encontro da Juventude Camponesa. Além disso, a cada dois anos, durante a Semana da Terra Padre Josimo, no Bico do Papagaio, ocorre o Acampamento da Juventude Romeira. Para o agente da CPT, esse trabalho com a juventude tem propiciado mais autoconfiança e protagonismo da juventude dentro de suas comunidades, por exemplo. Jovens, como na Gleba Tauá, têm reivindicado lotes para eles, o

que mostra uma maior participação desses atores na luta pela terra.

“Talvez o grupo de jovens da Romaria de Bom Jesus da Lapa (BA), com mais de 40 anos, e que chega a reunir mil jovens, seja a ação mais antiga e duradoura voltada para jovens na **Bahia**”, lembrou Ruben Siqueira, integrante da CPT na Bahia e coordenador nacional da pastoral. No estado em questão, explica Juliana Magalhães, há um curso de formação chamado Liderar, voltado para a juventude do Sub-regional Centro-norte (Bonfim e Juazeiro). A CPT também promove, há mais de 15 anos, o curso de formação voltado para novas/os agentes de pastoral. “Sempre tem gente nova e jovens. Têm de participar por dois anos”, explica Juliana.

No **Piauí**, há um trabalho voltado para a juventude dentro da Campanha Nacional da CPT de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo *De olho aberto para não virar escravo*, que é um dos eixos de atuação do Regional. Recentemente, no sul do estado ocorreu a IV Mostra Terra em Cena, evento de audiovisual e cultu-

ra promovido pela Juventude no Campus de Bom Jesus da Universidade Federal do Piauí (UFPI), que contou com a apresentação do documentário “Manifesto da Juventude Impactada pelo Agronegócio”,



“Cerrado: Rostos, Vidas e Identidades” e o lançamento da Revista Cerrados. Também neste ano será realizado o Encontro da Juventude do Cerrado Piauiense.

Sobre o **Amapá**, assim como no Mato Grosso, Higor Railan contou que a última Assembleia Regional da CPT decidiu pelo trabalho prioritário com dois públicos

no estado: juventude e mulheres. No **Mato Grosso do Sul**, conforme Geovane Ferreira Santos, um trabalho formativo voltado para os/as jovens deve ser iniciado em breve com o objetivo de ampliar a presença da juventude na CPT e em seu trabalho diário. Em **Goiás** e em **São Paulo** também foram relatados o início de trabalhos com jovens e no **Maranhão**, há iniciativas com jovens quebraadeiras de coco, que teve como objetivo debater a identidade da comunidade. Há ainda espaços na TEIA dos Povos e Comunidades Tradicionais e no Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom) voltados para as juventudes, segundo Ranieri Conceição. Já no estado do **Ceará**, uma ação recente voltada para a juventude é a Escola Camponesa realizada na Diocese de Sobral, em 3 módulos, com a participação de cerca de 30 jovens.

Dentre os compromissos assumidos pelos/as jovens da CPT neste primeiro encontro está a formação interna e a articulação e a motivação dos Regionais que não puderam estar representados neste momento.

Carta da articulação da juventude da CPT

Nós, representantes da juventude dos Regionais Amapá, Araguaia-Tocantins, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Nordeste II (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), Piauí, São Paulo e da Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), estivemos reunidos na cidade de Goiânia (GO) entre os dias 16 e 17 de maio de 2019. O objetivo foi de consolidar a articulação iniciada no último Congresso Nacional da CPT, ocorrido no ano de 2015, em Porto Velho (RO), além de refletir sobre as diversas realidades e desafios das juventudes da CPT.

Nesses dois dias, partilhámos nossas experiências concretas de trabalho das e com as juventudes nos diversos Regionais que estiveram presentes. Muitas são as experiências, as metodologias e os resultados alcançados nos últimos anos, dentre elas aqui destacamos: intercâmbios de jovens, encontros, acampamentos das juventudes, oficinas de comunicação, festivais, mostras

de cinema, e etc. Essas experiências nos mostram um maior engajamento das juventudes camponesas nas lutas e maior participação nos espaços de decisão das comunidades. Dentro da CPT, identificamos vários avanços desde o Congresso de Rondônia, como a presença de jovens nos conselhos, assembleias e coordenações regionais e nacionais, assim como a maior inserção das CPT's nas discussões das e sobre as juventudes.

Protagonismo talvez seja a palavra que melhor defina o teor dos debates e das decisões tomadas neste encontro. No entanto, para tornar esse protagonismo por inteiro, enriquecer as reflexões e a troca de experiências, sentimos falta de representantes dos demais Regionais. Sabemos das muitas dificuldades enfrentadas pelas equipes da CPT em todo o país, entretanto, entendemos que fortalecendo essa articulação da juventude, fortaleceremos também a continuidade necessária e contemporânea da CPT nesses Regionais.

Vários são os nossos desafios, sobretudo

do na atual conjuntura de retrocessos e fortes ataques aos direitos trabalhistas e às políticas públicas de educação, meio ambiente, saúde, reforma agrária, e etc., que atingem diretamente os povos do campo. As juventudes, neste cenário, estão sendo ainda mais impactadas, pois lhes são retirados os meios que favorecem a permanência na terra e no território, seu presente e seu futuro.

Felizes pela oportunidade deste encontro e cientes dos enormes desafios que temos pela frente, contamos com o apoio e o incentivo de todos e todas da pastoral. Contem com nosso engajamento e disposição de luta a serviço dos povos do campo, das águas e das florestas, nos caminhos da CPT.

Ousamos, todos e todas, escutar o apelo do Papa Francisco:

Por favor, não deixem para outros o ser protagonistas da mudança! Vocês são aqueles e aquelas que têm o futuro! (25.07.2013 – Jornada Mundial da Juventude).

ABRIL VERMELHO

Série de manifestações movimenta a 23ª Jornada de Lutas

Ações de 2019 envolveram campanhas de doação de alimentos, de sangue e de produtos da Reforma Agrária.

MÁRIO MANZI COM INFORMAÇÕES DO MST E BRASIL DE FATO*

Em 2019 a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária completou 23 anos sob o lema “Direitos camponeses já, com Reforma Agrária e Justiça Social”. A mobilização nacional faz memória ao Massacre de Eldorado dos Carajás que vitimou 19 trabalhadores Sem Terra no Pará, e exige políticas públicas específicas ao campo brasileiro.

Como forma de visibilizar a data, o Movimento Sem Terra organizou uma sequência de manifestações e protestos entre os dias 10 e 17 de abril. Na programação também foi realizado acampamento pedagógico da juventude na Curva do S, local onde ocorreu o massacre, em 1996. Em sua 14ª edição o acampamento reuniu 300 jovens Sem Terra.

Os debates realizados durante a agenda de protestos trouxeram como pautas, por exemplo, o acesso a políticas públicas para territórios onde foi realizada reforma agrária; denúncia do genocídio da juventude negra e a violência contra a comunidade LGBTQ+; e a defesa da soberania nacional e da educação no campo. Além de ocupações a órgãos públicos, as ações desse ano também envolveram campanhas de doação de alimentos, de sangue e de produtos da Reforma Agrária.

Lançado no dia 12 de abril, no contexto da Jornada, a publicação *Conflitos no Campo Brasil 2018* trouxe dados sobre a violência no campo no último ano. A publicação da CPT registrou 960.630 pessoas envolvidas em conflitos. Em 2017, ano anterior, foram 708.520 pessoas, um aumento de 35,6%.

Ações da Jornada de Lutas por estado:

Rio Grande do Sul

No dia 10 de abril um grupo de 50 integrantes do MST de assentamentos no município de São Gabriel ocupou a Secretaria de Agricultura da cidade. O objetivo da ação foi denunciar a precariedade das estradas dos assentamentos. Durante a tarde foi realizada vigília em frente ao Fórum da cidade pela liberdade de Lula.

No dia 16 de abril um grupo de dirigentes do MST do Rio Grande do Sul foi recebido pelo governador Eduardo Leite (PSDB), no Palácio Piratini. A reunião oficial foi a primeira do Movimento com o



Foto: Joka Madruga

atual chefe do Executivo. À ocasião o MST apresentou demandas de assentamentos e acampamentos, que foram ignoradas durante a gestão do ex-governador José Ivo Sartori (PMDB). No mesmo dia, aproximadamente 600 militantes realizaram protesto na 11ª superintendência regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), localizada em Porto Alegre.

Paraná

Em Curitiba, a Plenária Estadual de organização dos comitês Lula Livre reuniu 700 pessoas entre militantes do MST, integrantes de partidos políticos e de movimentos populares. Além disso, foi realizado em Campo Largo (PR) ato em memória a Antônio Tavares Pereira, assassinado há 19 anos.

Bahia

Cerca de três mil Sem Terra iniciaram, no dia 10 de abril, a Marcha Estadual Lula Livre pelas ruas do centro de Camaçari. A marcha também denunciou a paralisação das desapropriações de terra no estado. No município de Amargosa, integrantes do MST participaram de uma roda de conversa no terreiro Ventos de Angola, a atividade teve como tema “Honrar os mortos para nos mantermos vivos”.

Santa Catarina

Foi realizado, no dia 10 de abril, o Lançamento do Comitê Lula Livre de Santa Catarina, em Florianópolis. Estiveram presentes, na atividade, representantes de diversas entidades, movimentos populares, sindicatos e partidos políticos.

Pará

No dia 16 de abril a direção estadual do MST foi recebida pelo governa-

do do Estado do Pará, Hélder Barbalho (MDB). À ocasião foi apresentada a pauta estadual do movimento.

Alagoas

No dia 17 de abril foi realizado, em Maceió, ato ecumênico na entrada do Tribunal de Justiça de Alagoas, situado na Praça Deodoro, em memória ao Massacre de Eldorado dos Carajás.

Ceará

Cerca de 800 Sem Terra ocuparam, na madrugada do dia 15, a sede da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará. Foi reivindicada a desapropriação das áreas ocupadas no Estado, infraestrutura para assentamentos já existentes, construção de escolas do campo, e projetos produtivos voltados para a juventude. No dia 16, os militantes seguiram em marcha pelas ruas de Fortaleza e ocuparam a superintendência do Incra.

Brasília

Uma Sessão Solene em homenagem ao Dia Internacional de Luta pela Terra e aos 25 anos do MST-DF e Entorno foi organizada na tarde do dia 15, pelos deputados distritais Chico Vigilante (PT-DF) e Arlete Sampaio (PT-DF). No dia 16, famílias Sem Terra realizaram ação de doação de alimentos para a classe trabalhadora no acampamento Noelton Angélico, região de Brazlândia e no assentamento Oziel Alves, região de Planaltina.

Maranhão

No dia 17 de abril, o MST realizou protestos em várias cidades maranhenses para cobrar Reforma Agrária e homenagear os mártires do massacre de Eldorado dos Carajás. Em Itinga, trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra do acampa-

mento Marielle Franco mobilizaram-se em frente ao Fórum de Justiça da cidade contra a possibilidade de despejo da comunidade. Em Açailândia, assentados denunciaram o avanço das monoculturas de soja e eucalipto na região e a pulverização aérea de agrotóxicos.

Goiás

Na manhã do dia 16, cerca de 300 Sem Terra realizaram um protesto em frente à Superintendência Regional do Incra em Goiânia.

Rio Grande do Norte

Por volta de 500 trabalhadoras e trabalhadores ocuparam a sede do Incra em Natal como forma de denunciar o desmonte da Reforma Agrária e cobrar soluções do órgão.

Pernambuco

A superintendência do Incra em Recife foi ocupada pelo MST no dia 16 de abril. Após entregar ao Incra o Manifesto do MST ao Povo Brasileiro, cerca de mil Sem Terra seguiram em marcha em direção à Secretaria de Desenvolvimento Agrário, onde um grupo de lideranças estaduais do movimento foi recebido pelo secretário estadual do desenvolvimento agrário, Dilson Peixoto.

Paraíba

Militantes Sem Terra doaram alimentos para a população na capital João Pessoa, durante a atividade também foram realizadas conversas acerca da importância da Reforma Agrária Popular e da alimentação saudável.

Sergipe

Em Aracaju o MST ocupou, no dia 17, a superintendência do Incra. Após, os militantes seguiram em marcha até a praça Fausto Cardoso onde se juntaram a ato ecumênico organizado pela Via Campesina.

São Paulo

Dezenas de militantes Sem Terra ocuparam a Superintendência Regional do Incra na capital paulista. Foi realizado, também, um ato no Parque da Água Branca, na capital paulista, com o objetivo de pressionar o Governo do Estado, João Dória (PSDB) que proibiu a realização da IV Feira Nacional da Reforma Agrária no local.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

Aumenta o Número de Pessoas no Campo e conflitos pela água

CRISTIANE PASSOS*

No dia 12 de abril passado, a CPT lançou em Brasília a 34ª edição do Conflitos no Campo Brasil. Aproximadamente um milhão de pessoas estiveram envolvidas em conflitos no campo no Brasil em 2018, mais especificamente foram 960.630 pessoas envolvidas em conflitos contra 708.520 pessoas em 2017, um aumento significativo de 35,6%. Nos conflitos especificamente por terra, foram 118.080 famílias envolvidas em conflitos por terra, em 2018, contra 106.180, em 2017, nesse caso um aumento de 11%.

O patamar de famílias envolvidas em conflito aumenta significativamente a partir de 2013. O aumento do número de pessoas envolvidas em conflitos não foi homogêneo no território nacional. Sendo assim, foi o aumento exponencial do número de pessoas envolvidas em conflitos na região Norte, de 119,7% em 2018 em relação a 2017, o maior responsável pelo aumento geral do número de pessoas envolvidas em conflitos no país. Isso nos dá forte indícios do avanço/invasão da Amazônia, o que será corroborado pelos demais indicadores dos conflitos.

De acordo com a assessora da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Diana Aguiar, as pessoas atingidas pela violên-

cia no campo têm um perfil já esperado. “Há um caráter sistemático na forma como esses conflitos acontecem, sempre contra os mais despossuídos, contra as pessoas que estão em terras de ocupação tradicional, nos territórios indígenas e territórios que são de profundo interesse pra expansão do modelo de produção hegemônico do agronegócio, da mineração”, analisou durante o lançamento.

Acirramento da violência privada faz explodir o número de famílias expulsas

Somente no ano de 2018, o poder privado foi responsável pela expulsão de 2.307 famílias e o poder público por despejar 11.235 famílias. O número de famílias expulsas pela ação do poder privado no campo aumentou 59% em relação a 2017. Três regiões foram responsáveis pela maior parte das expulsões, a região Norte, com 36,3% das famílias expulsas; a região Sudeste, com 35,6% e a região Centro-Oeste com 24,9%.

“Isso significa que o capital está investindo tudo que pode na tentativa de impedir a ação dos movimentos. Mostra que o fazendeiro hoje se sente muito mais empoderado a agir por conta própria do que antes. Eles se sentem com toda força pra agir por conta [própria] porque sabem que têm as costas quentes, têm o respaldo das autoridades”, destacou Antonio Canuto, colaborador da CPT, durante o lançamento.

O agricultor Antônio de Paula Silva, do Projeto de Assentamento Areias, em Trairão, no Pará é um dos assentados incluídos no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH). Ele teve que sair da região para não ser morto. Ele e outros agricultores do P.A. Areias conviviam diariamente com as intimidações dos grupos de madeireiros. O modelo de produção que prioriza a floresta em pé não é bem visto pelos desmatadores da região, nem mesmo a tentativa de implementação de modelos de agroextrativismo por meio da Associação de Mulheres do PA Areia, presidida por Osválda que, juntamente com seu marido Daniel, também vivem a mesma situação que seu Antônio.

Durante o lançamento da publicação da CPT, o senhor Antônio falou um pouco sobre a luta deles no assentamento: “Somos agricultores e no pedaço de terra onde a gente vive, estamos ameaçados de morte. E a gente fica muito preocupado, porque a gente conhece, sabe como é a matança para lá. A gente produz alimentos, mandioca, feijão, frutas, e a gente quer a floresta em pé, a gente não quer que ela seja derrubada. O fazendeiro quer derrubar nossa floresta. E a gente quer proteger a floresta, quer proteger a nascente de água, quer viver com a natureza, esse é o nosso trabalho”.

2019 e o já aparente aumento dos assassinatos

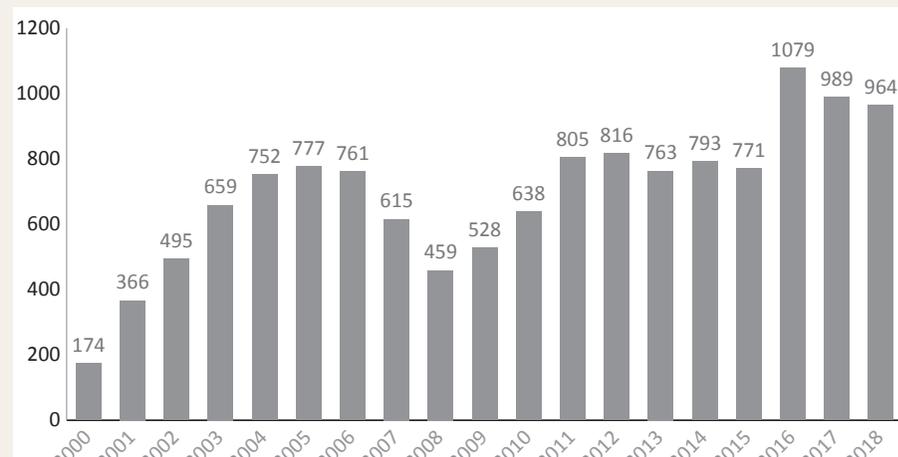
2018 teve uma queda substancial no número de assassinatos. Caiu de 71, em 2017 quando tiveram 5 massacres, para 28 em 2018. A CPT analisa que anos eleitorais tendem a ter uma diminuição nesse tipo de violência. Contudo, 2019 já aponta o retorno do aumento dos assassinatos. Nos quatro primeiros meses do ano, a CPT já registrou 11 assassinatos em

conflitos no campo. O total registrado até o momento já representa 36% das mortes registradas em 2018.

Conflitos por terra

O ano de 2018 registra que as ocorrências de conflitos no campo aumentaram em 3,9%, em relação a 2017, passando de 1.431 ocorrências para 1.489. As ocorrências dos conflitos específicos por terra apresentaram um aumento expressivo a partir de 2016, já no período da ruptura política (2015-2018). Enfim, os recentes anos de 2016, 2017 e 2018 são os que mais tiveram conflitos por terra no Brasil, apesar da queda nos números entre 2017 e 2018.

2018 registra, ainda, um acirramento dos conflitos por terra no Brasil. Com relação à extensão de terras (hectares) em disputa no território brasileiro, houve, de 2017 para 2018, um aumento da área em disputa de 6,5%, com cerca de 39 milhões e 425 mil hectares implicados em conflitos no campo, em 2018, contra 37 milhões e 19 mil hectares, em 2017. Registre-se que a área de 39 milhões e 425 mil hectares implicada em conflitos, em 2018, corresponde a 4,6% da área total do país, o que dá a dimensão da importância da terra, e tudo que nela está implicado, na atual conjuntura brasileira. Permitam-nos frisar: em um só ano, cerca de 40 milhões de hectares, ou seja, 4,6% da área territorial do país, estava sendo objeto de disputa! Não há a menor dúvida que há uma questão (de reforma) agrária em aberto!



*Nota do editor: Os dados fornecidos pelo Cedoc Dom Tomás Balduino – CPT, para subsidiar este gráfico, são atualizados e podem divergir daqueles publicados.

Foto: CPT Nacional



MPO BRASIL 2018

Mulheres Envolvidas em Conflitos bateram novo recorde em 2018



Foto: CPT Nacional



Foto: CPT Nacional

482 mulheres sofrem violência nos conflitos no campo

Cada vez fica mais evidente e impactante a importância das mulheres no contexto das lutas dos povos e comunidades do campo. E por sua ação aguerrida elas sofrem as consequências da repressão patrocinada pelos latifundiários, grileiros e grandes empresários, e executada por jagunços, pistoleiros, empresas de segurança e pelos órgãos de repressão do próprio Estado - Polícias Civil e Militar e a Polícia Federal.

A edição Conflitos no Campo Brasil 2018 dedicou a publicação, entre outras, a duas mulheres: Marielle Franco e Irmã Alberta Girardi. O livro traz, ainda, apenas fotografias de autoria de mulheres, como uma forma de visibilizar a atuação delas nas mais distintas esferas no que tange à realidade do meio rural.

De 2009 a 2018, segundo as inserções no banco de dados da CPT, 1.409 mulheres sofreram algum tipo de violência. Este número pode ser multiplicado por muitos dígitos, pois nos casos, por exemplo, de um despejo ou de uma expulsão, é computado o número de famílias, mas não é feito um levantamento

do número de mulheres envolvidas naquela violência. Em 2018, o número de mulheres que sofreram alguma forma de violência, foi o mais alto desde 2008, 482.

Conflitos pela Água quebram novo recorde com maior número desde 2002

Em 2018 foram registrados pela CPT 276 conflitos pela água, envolvendo 73.693 famílias. 2018, portanto, quebra o recorde de 2017, como o ano com o maior número de conflitos pela água, desde 2002, quando a CPT começou a registrar em separado esse tipo de conflito. Entre as vítimas, 85% delas são comunidades tradicionais. O número de conflitos é 40% maior e o de famílias envolvidas, 108%. No Nordeste concentraram-se 48,1% dos casos, 133. No Sudeste 30,8% dos casos, 85. No Norte 18,8% dos casos, 52. Bahia e Minas Gerais foram os estados com mais conflitos pela água em 2018. Cada um com 65 casos (23,55%).

Os principais grupos sociais vítimas dos conflitos pela água em 2018 foram as Comunidades Tradicionais. Dos 276 casos, 235 (85,14%) atingiram 09 grupos sociais distintos: Camponeses de Fundo e Fecho de Pasto, Geraizeiros, Indígenas, Marisqueiras, Pescadores, Quebradeiras

de Coco, Quilombolas, Ribeirinhos e Vazanteiros. Entre estes, os Ribeirinhos foram os mais impactados, com 100 casos (36,23%), especialmente nos estados da Bahia, Minas Gerais e Pará. O segundo grupo mais atingido foi o dos Pescadores, com 96 casos (34,78%).

As mineradoras são as responsáveis por 50,36% dos conflitos (139). 111 deles foram protagonizados por mineradoras internacionais e 28 por mineradoras nacionais. A mineração, a cada dia, torna-se responsável por boa parte dos conflitos e das violências que as comunidades do campo sofrem. Ela não se restringe à mina explorada. Exige toda uma infraestrutura de sedes, acampamentos, galpões, rodovias, ferrovias, minerodutos, condomínios ou *company-town*, que "pressupõem diferentes formas de domínio sobre o espaço geográfico". São novos territórios usados, causando sobreposições e conflitos com os povos e comunidades que vivem e atuam nestes mesmos espaços. Os conflitos envolvendo a mineração atingiram diferentes povos e comunidades do campo de diversas categorias de trabalhadores e trabalhadoras. São pessoas que dependem das águas, das florestas e da terra para reproduzir socialmente sua própria existência com dignidade. **Os registros da CPT mostram que de 2004 a 2018, houve 1.123 conflitos em torno à mineração.**

Conflitos Trabalhistas: Trabalhadores reféns do silêncio

Em 2017 foram registrados 66 casos de trabalho escravo, com 530 pessoas na denúncia e 386 libertas. Em 2018, houve o registro de 86 casos, com 1.465 pessoas na denúncia e 945 libertadas, o que corresponde a um aumento de 30% nos casos, de 176% de trabalhadores na denúncia e de 144,8% no de pessoas libertadas. Somando as 3 ocorrências de Superexploração do trabalho, em 2018 são 89 ocorrências de conflitos trabalhistas - 35% a mais que em 2017, e com 1.477 pessoas envolvidas - 178,8% a mais que em 2017. Duas pessoas foram assassinadas nestes conflitos.

Agrotóxicos: o medo que cala

Mas outras situações, igualmente graves, mostram diferentes formas de exploração do trabalho no campo, que a CPT registra. Por exemplo, os casos de trabalhadores intoxicados pelos agrotóxicos.

De 2000 a 2018, a CPT registrou 363 vítimas em conflitos envolvendo agrotóxicos, pessoas que morreram ou tiveram sua vida ameaçada devido ao contato com elas.

Os números registrados pela CPT são pequenos diante da realidade. Com certeza, a maior parte das pessoas que busca o médico por causa da intoxicação são diagnosticadas com outros problemas de saúde, desta forma deixando de relacionar o problema ao agrotóxico.

Grande parte dos trabalhadores intoxicados não denuncia o fato, pois teme ser punida com perda do emprego. O ganha-pão está em jogo. O medo de perder o emprego, faz dos trabalhadores, o grupo mais silencioso. São reféns do silêncio.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

VIOLÊNCIA NO CAMPO EM 2019

Em quatro meses CPT registra 11 assassinatos em conflitos no campo

Neste ano de 2019, dos 11 assassinatos contabilizados, 6 ocorreram em dois massacres no município de Baião, no Pará. Entre os anos de 1985 e 2019, a Pastoral da Terra já registrou 49 massacres no campo com 230 vítimas.

ELVIS MARQUES*

Cacique Francisco de Souza, Nemis Machado, Rosane Santiago, Elizeu Queres, Raimundo de Jesus, Marlete da Silva, Venilson da Silva, Dilma Ferreira, Claudionor Amaro, Milton Lopes e Edmar Valdinei se juntam a outras 1.933 pessoas assassinadas em conflitos no campo desde o ano de 1985. A impunidade no campo é um dos fatores que contribuem significativamente para os conflitos que assolam os povos e comunidades dia após dia: entre 1985 e 2018 ocorreram 1.463 casos de conflitos em que 1.933 pessoas foram assassinadas. Entretanto, deste total de casos, apenas 117 foram julgados e 33 mandantes dos crimes foram condenados.

Dos 11 assassinatos que ocorreram em 2019, 6 foram em dois casos de massacres em Baião (PA), duas mortes aconteceram no Amazonas, duas no Mato Grosso e uma na Bahia.

Colniza (MT) - Vítima de um conflito emblemático, Eliseu Queres foi a primeira pessoa morta neste ano, no dia 5 de janeiro, na Fazenda Agropecuária Bauru, conhecida como Fazenda Magali, em Colniza. Neste caso, nove pessoas ficaram feridas, sendo três delas em estado grave. O crime era uma tragédia anunciada e denunciada pela CPT. Em novembro de 2018, em nota, a Pastoral e outras entidades alertaram para o iminente conflito na área em que 200 famílias reivindicavam o direito à terra e viviam sob a mira de cerca de 30 pistoleiros.

Manaus (AM) - O cacique da etnia Tukano, Francisco de Souza Pereira, 53, foi morto a tiros na casa em que morava, na comunidade Urucaia, em Manaus (AM), no dia 27 de janeiro. Homens encapuzados entraram na casa e atiraram contra a liderança. A esposa e a filha da vítima presenciaram o assassinato. O cacique liderava cerca de 42 aldeias indígenas no estado, segundo a própria família. A companheira dele, Dulcinéia Ferreira, contou que Francisco não tinha inimidades com ninguém e sempre trabalhou em prol das comunidades.

Nova Viçosa (BA) - Rosane San-

tiago Silveira, conhecida como Rô, 59 anos, foi encontrada morta dentro de sua casa no dia 29 de janeiro. Ela estava com os pés e as mãos amarrados e feridos, com um pano em volta do pescoço, com marcas de facadas e sinal de tiro na cabeça. Vítima de uma morte extremamente violenta, Rô vivia há 18 anos em Nova Viçosa (BA), onde lutava para a criação de uma associação de proteção da ilha de Barra Velha (área de reserva ambiental extrativista) e denunciava a exploração predatória nos conselhos locais e regionais. Integrava também o Conselho da Reserva Extrativista (RESEX) de Cassurubá.

Massacres - A liderança do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e atingida pela hidrelétrica de Tucuruí, Dilma Ferreira Silva, 45, o marido, Claudionor Costa da Silva, 43, e o amigo do casal, Milton Lopes, 38, foram assassinados na residência da militante, situada no Assentamento Salvador Allende, no município de Baião (PA), na madrugada do dia 22 de março (Dia Mundial da Água).



Foto: Família da Vítima

Dois dias após o primeiro massacre, três pessoas foram encontradas carbonizadas em uma fazenda localizada nas imediações da estrada vicinal da Martins, também no município de Baião, a 14 km do Assentamento Salvador Allende. As vítimas foram Marlete da Silva Oliveira e

Raimundo de Jesus Ferreira, caseiros da fazenda, e Venilson da Silva Santos, tratadista da propriedade.

Após os dois crimes, a Polícia Civil deu início à “Operação Fire”, que cumpriu, no dia 26 de março, o mandado de prisão temporária de Fernando Ferreira Rosa Filho, conhecido como “Fernandinho”, que seria o mandante dos dois massacres. Ele é acusado de vários crimes na região, tais como: envolvimento com tráfico de drogas, agiotagem, receptação, roubo a banco, homicídio e tentativa de homicídio, e grilagem de terras.

Sul do Amazonas - No dia 30 de março, no Seringal São Domingos, no município de Lábrea (AM), a liderança Nemis Machado de Oliveira, 50, foi morta por pistoleiros e chegou a ter parte do corpo queimado. A área, de difícil acesso, fica próxima à tríplice fronteira dos estados do Acre, Amazonas e Rondônia, e está situada na região conhecida como Ponta do Abunã. Quando invadiram a comunidade, os inúmeros pistoleiros atiraram contra os trabalhadores e trabalhadoras, e queimaram duas casas, inclusive a de Nemis.

que, segundo os moradores, pertence à União. A maioria dos ocupantes da área são originários de Acrelândia (AC). A região possui um longo histórico de conflitos agrários que envolve fazendeiros, grileiros e madeireiros. Além dos ataques, os homens armados expulsaram as famílias das terras. Na noite de 04 de abril, outra liderança do Seringal, conhecida como “Cocó”, precisou fugir e se esconder de seis pistoleiros.

Chapada dos Guimarães (MT) - Edmar Valdinei Rodrigues, ex-agente da CPT no Mato Grosso, foi encontrado morto no dia 24 de abril na zona rural da Chapada dos Guimarães. Ele estava desaparecido havia cinco dias, e seu corpo foi encontrado, segundo informações da família, com sinais de três tiros e em estado de decomposição.



Foto: Arquivo Pessoal

Ao longo de sua militância, Edmar participou da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapada dos Guimarães, acompanhou e contribuiu com a organização das famílias atingidas pela barragem de Manso. Era artesão, forte defensor e praticante da agroecologia e da economia solidária, e sempre preocupado com o desmatamento no Assentamento Jangada Roncador, em Chapada dos Guimarães, onde mantinha seu lote preservado e livre de agrotóxicos.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

V CONGRESSO DA CPT

Rumo ao V Congresso Da CPT

PAULO CÉSAR MOREIRA E
RUBEN SIQUEIRA*

Em tempos de escuridão, insistimos em afirmar que “nós cantamos...”, e avançamos na preparação para o nosso V Congresso Nacional da CPT. A inspiração do Congresso anterior – “Faz escuro, mas eu canto” – se torna ainda mais crível e exigente, hoje, quando querem calar o canto e abafar o pranto. Por isso, é tempo de reacender a poronga da rebeldia, compartilhar os sonhos e a ternura, não perder o gosto da vida e a força da luta, nos caminhos de Jesus.

A CPT desde seu início, há 44 anos, ao se definir como serviço pastoral aos mais pobres do campo, quer por primeiro e sempre ouvi-los, pois são quem clamam e provocam o amor misericordioso e libertador de Deus (cf. Êxodo 3,7-8). O Congresso Nacional da CPT, de maioria camponesa, como antes as assembleias trienais, nasceu desta necessidade da escuta, do encontro com o povo, mulheres e homens da terra, com suas fragilidades e sabedorias a compartilhar e, juntos, traçar rumos de ação eficaz de libertação. Foram quatro congressos, marcos referenciais de nossa caminhada, desde a virada do século/milênio:

I - em Bom Jesus da Lapa – BA, de 18/05 a 01/06/2001, com o tema/lema “Terra, Água, Direitos: Eis o Tempo Jubilar”;

II - na Cidade de Goiás – GO, de 14 a 18/06/2005, com o tema/lema: “Fidelidade ao Deus dos Pobres, a serviço dos Povos da Terra”;

III - em Montes Claros – MG, de 17 a 21 maio de 2010, com o tema/lema: “Biomassas, Territórios e Diversidade Camponesa - No Clamor dos Povos da Terra, a Memória e a Resistência em Defesa da Vida”;

IV - em Porto Velho – RO, de 12 a 17/07/2015, com o tema/lema: “Faz escuro, mas eu canto: Memória, Rebeldia e Esperança dos Pobres da Terra”.

De forma privilegiada nestes Congressos a CPT abre olhos, ouvi-

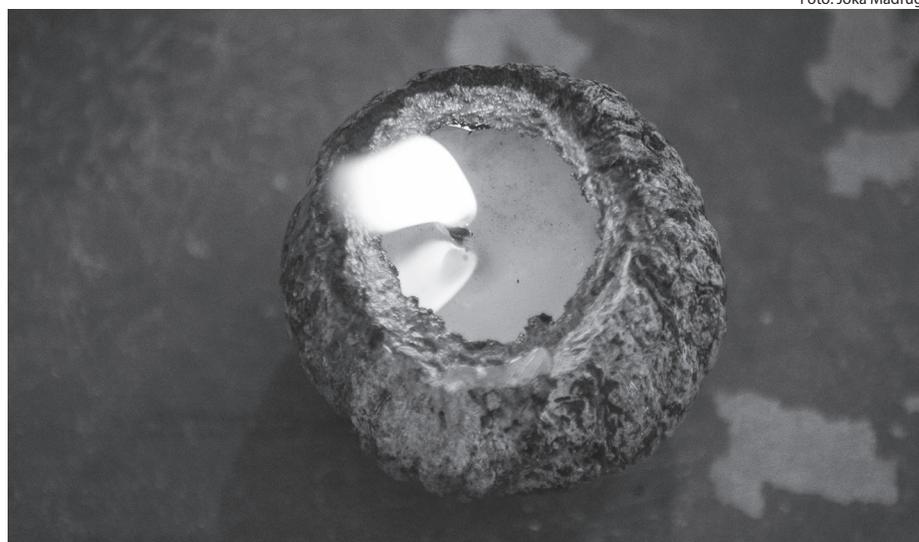


Foto: Joka Madruga

dos e coração para a escuta, a traçar os caminhos que os/as camponeses/as apontam, a reafirmar nossa presença e missão, reaprendendo modos diversos de existir e re-existir, de enfrentar a dor e a opressão, o re-aprisionamento da terra para, juntos, nos deixar embalar pelos tambores que fazem da noite escura uma grande festa que anuncia o clarão da aurora. “No dia que já vem vindo / Que esse mundo vai virar” (Geraldo Vandré, Aroeira).

São momentos de troca de experiências, saberes e gostos diversos, troca de sementes, braços e abraços que cruzam os quatro cantos do país e nos mergulham na força da terra-mãe, das águas, dos povos das florestas, das Margaridas e dos Josimos, das Dorothis e Chicós. Enfim, o Congresso é sempre maior do que a CPT, porque ele busca ser a expressão viva do encontro dos povos do campo, do que a CPT é mera servidora, animadora.

Atualmente, as cercas do latifúndio se estenderam muito, como também as ameaças que sofrem as comunidades camponesas, numa reedição perpétua do genocídio indígena e negro, na ânsia perversa das mineradoras, do agrohídronegócio e de um governo que se ajoelha ante o mercado homicida e ecocida. E nós insistimos em preservar uma verdade que se quer negar sempre: que a re-existência dos povos do campo, alicerçada na ancestralidade e na espiritualidade, tem conseguido por séculos superar outros

iguais projetos de extermínio, que sua vontade de viver e coragem de lutar é muito superior ao privilégio e luxo dos poderosos e que é por esse caminho que, na CPT, apostamos nossas vidas.

Em direção à Terra Sem Males, utopia e atualidade do Bem Viver destes povos, de que fala nossa Missão, sirva-nos de inspiração Cora Coralina, com seu (O) *Cântico da Terra*:

*“Eu sou a terra, eu sou a vida.
Do meu barro primeiro veio o homem.
De mim veio a mulher e veio o amor.
Veio a árvore, veio a fonte.
Vem o fruto e vem a flor.
(...)*

*A ti, ó lavrador, tudo quanto é meu.
Teu arado, tua foice, teu machado.
O berço pequenino de teu filho.
O algodão de tua veste
e o pão de tua casa.
(...)*

*Plantemos a roça.
Lavremos a gleba.
Cuidemos do ninho,
do gado e da tulha.
Fartura teremos
e donos de sítio
felizes seremos”.*

Nas trilhas da plantação generosa, da roça suada e da terra esperada, decidimos por realizar o nosso V Congresso Nacional nos dias 12 a 16 de julho de 2020, em Marabá, no Pará.

Após acalorados debates, decidimos pelo tema “Romper as Cercas do Capital na Terra e Territórios Ameaçados e Tecer as Teias do Bem Viver na Casa Comum” e o lema “Somos Terra, Somos Água, Somos Vida”.

O Pará, historicamente, é o estado mais conflitivo no campo brasileiro, com alta concentração fundiária, estruturada, principalmente, na grilagem de terras, na violência e na impunidade. Sinal também de muita luta de milhares de famílias camponesas, é o estado com o maior número de assassinados no campo. Reflexo, contudo, do que atinge todo o Brasil e de modo particular, a Amazônia, imenso e cobiçado território que sofre a maldição do capital e seus comparsas nas diversas esferas do poder público. Tomado como mero espaço para produção de *commodities* agrícolas e minerárias, não se importam eles com quantas vidas eliminam, quantas árvores derrubam, quantas espécies da fauna e da flora exterminam, muitas delas ninguém chegará a conhecer. Ganância em seu estado bruto e irracional, que coloca em risco a própria espécie humana e o planeta. Não sem razão a CPT nasceu na Amazônia e para ela tem que sempre voltar, para não se esquecer porque nasceu.

Nos dias que correm sob neofascismo social e político, campo e cidade estão desafiados a concretizar a insígnia “Ninguém solta a mão de ninguém”. Está claro que o gigante tem pés de barro, conforme a profecia de Daniel (2,32-33), e que as maquinações dos ricos e poderosos serão também a causa da sua ruína (Tiago 5, 1-7).

Em Marabá, vamos ouvir a voz dos povos, guardiões das florestas e campos produtivos, dos posseiros, dos sem-terra, das comunidades tradicionais e seus Encantados. Queremos seguir os passos incansáveis das mulheres, dos sábios anciãos, dos jovens corajosos, que com os pés e as mãos tecem a força vital da Causa que carregam nos corações.

CINEFRONT

Festival Internacional Amazônica de Cinema homenageia a CPT

Promovido pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (Proex) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), o Festival Internacional Amazônica de Cinema de Fronteira (FIA CINEFRONT) ocorreu entre os dias 12 e 20 de abril no município de Marabá (PA). Realizado sempre neste mês, o evento integra o calendário de eventos realizados em referência à Semana da Luta pela Terra, em memória ao Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996.

O evento é realizado em parceria com diversas organizações e movimentos sociais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) - homenageada nesta 5ª edição do festival - e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). “As obras de audiovisual apresentadas no Cinefront refletem denúncias e a realidade da região em que a Unifesspa está inserida”, afirma a organização do festival.

Para Evaldo Gomes Júnior, diretor na Proex e responsável pelo Cinefront, a Pastoral da Terra, ao longo de mais de quatro décadas de atuação, se utilizou de vários elementos e estratégias de denúncias para contribuir com a luta do povo do campo, como o cinema. “Todos os anos homenageamos personalidades do cinema que tenham feito trabalhos relevantes sobre a Amazônia e regiões de fronteira. Esse ano, a escolha pela Comissão Pastoral da Terra se deu pela quantidade de pessoas ligadas à entidade que desenvolveram trabalhos de apoio, formação e luta pela terra e que se utilizaram dessa linguagem como arma de expressão das lutas sociais na Amazônia”, destacou Júnior.

Advogado da CPT em Marabá, José Batista Afonso, ao representar a entidade no início do festival, lembrou que a Pastoral da Terra nasceu para assessorar a luta dos camponeses pela conquista e permanência na terra. “Embora tenhamos perdido muitos companheiros, tivemos conquistas. A quantidade de assentamentos criados, um contingente de áreas ocupadas muito grande, o enfrentamento da luta pela terra, mas isso é uma etapa, um processo que nos traz outros desafios, principalmente com as mudanças conjunturais. Mas a luta segue, outros Henris, outras Dorothys, outros Paulo Fonteles, vão surgindo por aí”, destacou.



Foto: Proex-unifesspa

Filmes

Desde a sua primeira edição em 2014, o Cinefront já exibiu mais de 50 produções em 130 sessões, e atingiu um público de cerca de 8 mil pesso-

as em Marabá e nas cidades em que a Unifesspa tem campus instalado, no Acampamento da Juventude Sem Terra, realizado na Curva do 'S', em Eldorado dos Carajás, em Terras Indí-

genas, assim como em outras regiões brasileiras e outros países, como Peru e Alemanha. Em 2019, por exemplo, além do Pará, a programação do festival passou pelas cidades de Araguaína (TO), Porto Grande (AP), Imperatriz (MA), e em Lima (Peru).

Neste ano, a programação brasileira contou com a exibição de 14 filmes: A Lenda da Terra Dourada; Anel de Tucum; Ararandeuá; As hiper mulheres; Bandeiras Verdes; Conservadorismo em Foco – Um filme sobre a ideologia burguesa; Dezinho: vida, sonho e luta; Dois pesos; Ex-Pajé; Expedito em Busca de Outros Nortes; Ferida Amazônica; Manu: essa história não é minha só; Mulheres, Mães e Viúvas da Terra: Sobrevivência da Luta e Esperança de Justiça; e Quilombo Rio dos Macacos.

**Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT com informações da Unifesspa.*

Henri vivo e presente na memória do povo paraense

O Acampamento Frei Henri, no município de Curionópolis (PA), recebeu, entre os dias 11 e 13 de abril, o 2º Ato em Memória ao Frei Henri, um ano após suas cinzas serem trazidas da França para morada eterna junto aos trabalhadores e trabalhadoras que há anos vivem nessas terras paraenses. No local, em mutirão, os acampados construíram, no ano passado, um memorial dedicado ao frei, onde suas cinzas estão guardadas.

Para iniciar as celebrações, no dia 11 ocorreu uma missa na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Xinguara, onde Henri costumava celebrar. A celebração foi presidida pelos freis Roni e Carlinhos, também da Ordem Dominicana. Diversos amigos e amigas do religioso francês participaram da celebração e partilharam lembranças. As pessoas destacaram, neste momento, o apoio firme que sempre recebiam do frei quando havia alguma dificuldade para a regularização de suas terras, seja na cidade ou na área rural, ou quando estavam ameaçadas de despejo. De mãos dadas, todos e todas reafirmaram: “Frei Henri presente!”

Já no dia 12 foi realizada, na sede



Foto: CPT Xinguara

em Xinguara, assim como o amigo Henri. As irmãs Madá e Bia, companheiras de luta de Aninha, desde à época em que foram agentes de pastoral na Prelazia de São Félix do Araguaia, entregaram os prêmios às pessoas.

E no dia 13, no acampamento, foi realizado um ato ecumênico, político e cultural, que começou com uma mística de homenagem aos mártires da luta pela terra no Pará. Para homenagear

Henri, as crianças da Escola Domingos Martins organizaram um jogral, quando as qualidades dele eram ditas em voz alta. A juventude apresentou cantos, danças e encenações que animaram o ato. Representantes de diferentes organizações e movimentos sociais falaram sobre o aprendizado que tiveram durante a caminhada com Henri. Após o evento, um almoço comunitário foi oferecido às aproximadamente 600 pessoas que ali estavam.

Henri, as crianças da Escola Domingos Martins organizaram um jogral, quando as qualidades dele eram ditas em voz alta. A juventude apresentou cantos, danças e encenações que animaram o ato. Representantes de diferentes organizações e movimentos sociais falaram sobre o aprendizado que tiveram durante a caminhada com Henri. Após o evento, um almoço comunitário foi oferecido às aproximadamente 600 pessoas que ali estavam.

**CPT Xinguara / Edição do Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.*



Sanções dos EUA arrasaram Venezuela e mataram 40 mil desde 2017, aponta relatório

Pesquisadores dos EUA expõem ação deliberada do governo Trump para aprofundar sofrimento da população venezuelana

As sanções impostas pelo governo de Donald Trump contra a Venezuela para fragilizar o presidente Nicolás Maduro têm causado prejuízos graves à vida humana e à saúde da população, tendo como resultado estimadas 40 mil mortes entre 2017 e 2018 no país. A conclusão é do estudo Sanções Econômicas como Punição Coletiva: O Caso da Venezuela, publicado neste mês em português, inglês e espanhol pelo Centro de Pesquisas Econômicas e de Políticas Públicas (CEPR), nos Estados Unidos.

A estimativa do estudo se baseou em dados da Pesquisa Nacional de Condições de Vida (Encovi), levantamento anual realizado por três universidades venezuelanas, que apontou um crescimento de 31% da mortalidade entre 2017 e 2018 – um aumento de 40 mil mortes no período.

O documento aponta que as sanções do governo Trump reduziram a oferta de alimentos e medicamentos e

aumentaram a incidência de doenças e a mortalidade no país, encaixando-se na definição de castigo coletivo da população civil estabelecida nas convenções internacionais tanto de Genebra quanto de Haia, das quais os Estados Unidos são signatários. “Também são ilegais sob as leis e tratados internacionais assinados pelos EUA, e parecem violar a legislação” do próprio país.

Segundo o estudo, mais de 300 mil pessoas estão em situação de risco por falta de acesso a medicamento ou tratamento médico. Os dados do relatório incluem 80 mil pessoas portadoras do HIV/Aids que não recebem tratamento antirretroviral desde 2017, 16 mil pacientes que precisam de diálise, 16 mil pessoas com câncer e 4 milhões com diabetes e hipertensão. Além disso, a crise no fornecimento de energia elétrica também afetou hospitais e serviços de saúde.

Para os pesquisadores responsá-

veis pelo levantamento, Mark Weisbrot e Jeffrey Sachs, os números demonstram que as sanções impostas pelos Estados Unidos no início deste ano – muito mais rígidas que as de anos anteriores – representam uma “pena de morte” para dezenas de milhares de venezuelanos. “Isso é especialmente verdadeiro se a queda projetada de 67% na receita petrolífera se materializar em 2019”.

O estudo ressalta também que a Venezuela seria capaz de adotar um programa para combater e controlar a hiperinflação caso não estivesse sofrendo com as sanções impostas pelos EUA. Com grandes reservas de petróleo e outros minerais para ajudar a garantir a recuperação econômica, não só seria possível evitar o aumento de 40 mil mortos, poderia haver uma redução da mortalidade e a melhoria dos indicadores de saúde.

(Por Brasil de Fato)

ONU solicita medidas urgentes para população indígena no Chocó, Colômbia

Mais de 1.600 indígenas das comunidades Embera e Wounnan foram obrigados a sair dos seus territórios, no Noroeste da Colômbia, devido a fortes combates entre grupos armados, alertou o ACNUR.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) solicitou a implementação de medidas de proteção e ajuda humanitária imediata para os povos originários no município de Juradó, departamento do Chocó, na região fronteira com o Panamá.

Numa nota de imprensa emitida no dia 7 de maio, o organismo das Nações Unidas explica que “mais de 1600 indígenas de dez comunidades Embera e Wounnan são vítimas de deslocamento forçado e enclausuramentos”, segundo informação divulgada por autoridades locais e organizações indígenas.

A situação de emergência ocorre desde o dia 26 de abril no norte do município de Juradó (fronteira entre a Colômbia e o Panamá), “como consequência dos combates entre grupos armados ilegais e da sua presença nos territórios indígenas”, afirma o ACNUR, precisando que, neste momento, “seis comunidades (914 pessoas) se encontram deslocadas e outras cinco estão em situação de enclausuramento (729 pessoas)”. A preocupação aumenta porque, entre a população afetada, há 263



Foto: ACNUR Personaría de Juradó

crianças menores de cinco anos.

Embora as autoridades locais e nacionais tenham ativado uma resposta, o ACNUR sublinha que vários obstáculos complicam a entrega de ajuda humanitária de forma imediata, nomeadamente as dificuldades de acesso à região, a continuidade do conflito armado e as intimidações.

A denúncia da situação em Juradó junta-se à preocupação já manifestada pela instância da ONU relativamente ao

aumento dos deslocamentos em massa e enclausuramentos de populações em várias regiões da Colômbia. De acordo com números oficiais, só este ano quase seis mil pessoas foram vítimas de deslocamento forçado e 10.700 foram enclausuradas em determinadas regiões colombianas.

(Por AbrilAbril / Foto: ACNUR / Personaría de Juradó)

Deputado argentino é baleado em frente ao prédio do Congresso em Buenos Aires

Em pronunciamento, presidente da Argentina disse que forças de segurança irão ‘até as últimas consequências para entender o que aconteceu e encontrar os culpados’

O deputado argentino Héctor Olivares, membro da coalizão Cambiemos, e seu assessor Marcelo Yadón foram baleados na manhã do dia 9 de maio em frente ao Congresso Nacional do país, em Buenos Aires.

Olivares, de 61 anos, que recebeu um tiro no peito, está internado em estado grave e já passou por uma cirurgia. Yadón foi baleado no abdômen e morreu antes de chegar ao hospital. O deputado “está em estado crítico e seu estado geral é muito grave por conta de sua instabilidade termodinâmica”, informou o subdiretor do Hospital Ramos Mejía, Juan Pablo Rossini.

Os dois haviam saído para caminhar e praticar exercícios quando foram atingidos por um homem que estava dentro de um carro estacionado a algumas quadras do Congresso. Após os disparos, outro homem, que estava no banco do passageiro, saiu do local caminhando, enquanto o motorista saiu dirigindo.

Em pronunciamento oficial, o presidente da Argentina, Mauricio Macri, classificou o ocorrido como um “ataque ao deputado Héctor Olivares” e disse que as forças de segurança irão “até as últimas consequências para entender o que aconteceu e encontrar os culpados”.

A ministra de Segurança, Patricia Bullrich, concedeu uma coletiva de imprensa ao lado do secretário de Segurança de Buenos Aires, Diego Santilli, e afirmou que a hipótese considerada pela política é a de que o alvo do ataque era o assessor de Olivares.

Bullrich também afirmou que, por meio de imagens de segurança, a polícia conseguiu identificar o atirador. O autor dos disparos foi identificado como Juan Jesús Fernández, um cozinheiro que conhecia Yadón, informou a ministra.

(Por Opera Mundi)

PÁGINA BÍBLICA

Limitações de Paulo

SANDRO GALLAZZI*

Nas últimas edições do Pastoral da Terra, viemos acompanhando a vida e ação de Paulo na Igreja e sua importância para levar a mensagem de Jesus para além das fronteiras do povo judeu. E como ele apresentou uma proposta revolucionária de uma assembleia reunida regida não por ritos, doutrinas ou moral, mas pelo pão partilhado, a fraternidade, com liberdade diante da lei. Mas Paulo tinha também seus limites. Vejamos o que Sandro nos fala sobre estes limites:

Descrevemos Paulo como o porta-bandeira de um cristianismo aberto, universal, desafiador, alternativo. Mas há textos em Paulo que não parecem tão libertadores. Basta lembrar: Mulheres sejam submissas a seus maridos... escravos obedçam a seus senhores, submetam-se às autoridades constituídas.

Textos que levaram a considerar Paulo como machista, reformista, criptoimperialista... Não resta dúvida de que Paulo tem algumas limitações, mas uns poucos textos isolados não podem jogar por terra toda uma proposta que hoje também tem sua importância. Já falamos que Paulo era de família rica, vivia na cidade e era doutor. Sua leitura não pode prescindir desta situação. E temos que acrescentar também que Paulo não era casado, que não conhecia a dura escravidão nos latifúndios e nas minas romanas, mas só o escravo urbano, uma espécie de empregado doméstico. Assim temos um ângulo de leitura melhor para compreender a Paulo. Como todo intelectual Paulo sabe elaborar um pensamento universal organizado, lógico e criativo, mas quando precisa aterrizar no concreto, dentro da casa, ele nem sempre encontra a solução mais adequada. Não esqueçamos que por longos 20 anos não teve uma casa fixa, e foi hóspede de muitas casas em suas andanças pelas rotas do império.

Cartas devem ser lidas a partir do destinatário

Mas nossa limitação maior depende do fato de que só possuímos “cartas” de Paulo, não livros. E uma carta é completamente compreensível a partir

do destinatário com quem está dialogando.

Ao concretizar uma mensagem, não sempre dizemos a mesma coisa a todos, porque nem todos são iguais. Não devemos tomar como mensagem para todos o que Paulo diz a um grupo concreto. Não é correto.

Por que diz aos Coríntios que é melhor não se casar? E por que aos Efésios diz que o matrimônio é sacramento de Cristo e da Igreja?

Mesmo assim parece-me importante resgatar alguns textos que foram mal lidos em nossas igrejas. E para fazê-lo precisamos nos aproximar do método da dialética, típico dos mestres gregos, a chamada mayéutica, ou fazer parir o pensamento.

Parte-se primeiro do que o aluno pensa, a este pensamento se agrega um fator crítico que leva a dar um passo a mais e a produzir um pensamento novo. A carta aos Romanos, por exemplo, está toda regida por este estilo.

Vejamos um caso concreto em Colossenses 3,18-19:

Aluno grego: “mulheres, sejam submissas a seus maridos”;

Elemento crítico: “como convém ao Senhor”.

Conclusão paulina: “Maridos amem suas esposas e não as tratem com amargura”.

Esta última palavra é a proposta de mudança que Paulo faz. Quando o pensamento lógico de todos é que a mulher seja submissa, o filho obediente, o escravo dominado, Paulo coloca o elemento crítico: o SENHOR que muda para o que a comunidade não pensava: Que os maridos devem considerar as mulheres como seu próprio corpo e amá-las como Cristo ama a Ecclesia; que os pais não devem irritar seus filhos, que os patrões devem tratar os escravos com justiça e equidade, pagando-lhes o devido.

A mesma coisa vale com as autoridades.

A teoria grega, a ideologia dominante legitimava as autoridades como procedentes de Deus, esta ideologia levava à submissão e, sobretudo, a pagar o tributo. Esta teoria está esplendidamente resumida em Rom 13,1-7. Quando termina o v. 7 todas nossas Biblias



põem um ponto final e colocam outro título quase como dizendo que ali se inicia outra afirmação. Instintivamente nos fazem pensar que Rom 13,1-7, seja o pensamento de Paulo, porque para as autoridades é conveniente que pensemos assim.

Mas, será assim mesmo?

Vamos tirar o subtítulo e leíamos o versículo 8 depois do 7, será que tem algo a dizer?

Versículo 7: Paguem a cada um o que devem, tributo a quem deve o tributo (Cesar). Imposto a quem deve o imposto (autoridades locais), respeito a quem deve respeito (os pais de famílias), honra a quem deve honra (sacerdotes?)

Versículo 8: Vocês não devem nada a ninguém, fora o amor mútuo, pois o que ama o próximo cumpriu a lei.

No versículo 7 parecia que devíamos um monte de coisas, mas no versículo 8 já não devemos nada a ninguém, a não ser o amor.

Aqui o elemento crítico é o amor que não existe no projeto greco-romano de dominação e a novidade evangélica não está em obedecer às autoridades (recordemos a memória do subversivo) e sim em não dever nada a ninguém a não ser o amor. Esta é a proposta da Ecclesia, a alternativa revolucionária pela qual o império perseguirá os cristãos.

EXPERIÊNCIA

A NOVA CONQUISTA: Terra para quem nela quer trabalhar!

ELIZABETE FLORES*

“A luta foi difícil, mas chegamos na nossa terra”, é o que mais ouve quem visita o PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável – Nova Conquista II, no município de Novo Mundo (MT). As 96 famílias assentadas são oriundas do Acampamento União Recanto Cinco Estrelas, a maioria viveu por mais de 15 anos debaixo de barracos de lona. Para estas famílias “Terra é mais que terra” (Dom Tomás Balduino), é lugar de reprodução da Vida. E de vida Digna!

Foram muitas as lutas, ocupações, marchas, trancamentos de BR's. Sofreram todo tipo de violência física e emocional, com despejos pela Polícia Militar usando liminar falsa e com atuação direta de jagunços, ameaças de morte, perseguição, torturas, queima dos barracos, tiroteios, envenenamento por agrotóxicos, além da violência cotidiana da vida embaixo da lona às margens das estradas. Mas a Vida venceu a morte!

O grupo reivindicava as terras da Fazenda Recanto, que fica dentro da Gleba Nhandú que possui 211 mil hectares, área esta de propriedade da União, quase toda grilada por grandes fazendas. Esta fazenda é uma área emblemática, pois era grilada por um fazendeiro conhecido pela alcunha de ‘Chapéu Preto’, notório pela forma violenta de agir contra os trabalhadores, seus opositores e também pela prática de trabalho escravo. Somente em uma das operações (2003) na área foram libertados 136 trabalhadores.

Em 2017 o sonho da chegada à Terra Prometida avança com a decisão da Justiça Federal de Sinop reconhecendo que a área é da União e determinando a criação do assentamento, que somente se concretizou em março de 2018. A ‘luta’ como sempre diz Seu Teobaldo, principal liderança do grupo, hoje com 76 anos de idade, ainda segue e não tem prazo para terminar,



Foto: Elizabete Flores - CPT Mato Grosso

pois o fazendeiro continua recorrendo da decisão e usando de todo tipo de lobby junto aos tribunais para tentar retirar as famílias da terra.

A celebração realizada pelas famílias quando chegaram à ‘terra prometida’ foi um momento forte, trouxe a Memória, Rebeldia e a Esperança dos anos de luta. Refletiram sobre ‘O Faraó da atualidade – luta contra o Estado, Judiciário, agronegócio, que não querem dividir a terra’ (Êx. 3, 1-12) e sobre o ‘Deus que tira os poderosos da Terra para dar a seu Povo como prometeu’ (Josué 1, 10-11; 4, 1-3).

As famílias já estão consolidadas em suas terras, com o cotidiano de cuidar da terra e produzir seus alimentos, enfim, reproduzir a Vida. Já conseguiram a portaria do INCRA e homologação das famílias, além do projeto para instalação da energia já aprovado, um processo que se deu de forma acelerada graças à organização das famílias e comprometimento de alguns agentes públicos da AGU e INCRA.

O lugar sem vida, antes tomado pelo agronegócio e seus monocultivos de soja, milho e gado, deu lugar à Vida

e a produção das famílias já é diversificada: feijão, milho, batata doce, abóbora, maxixe, quiabo, jiló, abobrinha, pimenta, melancia, abacaxi, maracujá, mamão, amendoim, mandioca, alface, rúcula, agrião, couve, cebolinha, salsa, criação de pequenos animais, vacas de leite, etc, para o consumo próprio, e comercialização na feira iniciada em Novo Mundo.

A iniciativa da feira se deve ao protagonismo das mulheres e sua organização, são 21 feirantes, sendo a maioria mulheres, que diante do anseio por uma vida melhor para a família se organizaram e foram à luta. Hoje a feira já atende as quartas e domingos. Este espaço de venda do excedente da produção, segundo a feirante Regina, não é somente um lugar de comercialização, mas ‘um lugar de distração, de conhecer pessoas, trocar experiências e receber o reconhecimento do povo da cidade... antes éramos chamados de vagabundos, agora provamos para o povo da cidade que somos trabalhadores e que queremos a terra para trabalhar’.

Além da produção de alimentos, onde a agroecologia é uma cons-

tante, com o cuidado com a terra, utilização de sementes crioulas e não uso de agrotóxicos, as famílias estão recuperando áreas degradadas e as nascentes que foram destruídas (são mais de 15) pelo grileiro e estão fazendo esse trabalho em mutirão. Aliás, mutirão foi e é uma das práticas que a comunidade tem adotado desde que entrou na terra para as mais diversas atividades coletivas, outra é a utilização de mão de obra dos próprios assentados e assentadas e também a troca de dias de trabalho. Criar o sentimento de pertença ao território é um dos desafios das famílias, pois, além de suas diferentes histórias de vida, as mesmas vêm de 18 diferentes estados do Brasil. É o Brasil dentro de um assentamento!

A retomada deste pedaço de chão, que sempre pertenceu ao povo brasileiro, mudou a vida de mais de 200 pessoas, entre crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Ao chegarem na terra a vulnerabilidade social e econômica das famílias diminuiu, mesmo com todas as dificuldades ainda enfrentadas, encontraram liberdade, vida digna, alimento na mesa.

O acompanhamento das famílias é feito pela CPT Mato Grosso desde 2009, e foi fundamental a presença e o apoio junto a estas famílias do Comitê Multi-Institucional de Colíder (MT), que financiou o projeto que garantiu formações com a comunidade, lideranças e mulheres, realização de oficinas agroecológicas, intercâmbios, etc, que fortaleceram a organização e protagonismo da comunidade.

Neste processo de luta das famílias, enquanto CPT MT reafirmamos que “A CPT não é a caneca... nem a água: é só a sede, a vontade de beber. Mas a caneca de muitos usos e a fonte é o povo quem traz” (Nancy Cardoso)!

Cultura

JUVENTUDE: Protagonistas da Mudança



Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
 Endereço: _____
 CEP.: _____
 Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
- Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito na Caixa Econômica, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 648-6, agência 4520 Op. 003
 informações: cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
 CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
 Mala Direta
 Postal Básica
 9912277124-DR/GO
 COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA